

ELEIÇÕES CORPOS GERENTES DO SPRA | 2 DE JUNHO

TRIÉNIO 2017/2020



sindicato dos professores da região açores

Lista A

MANIFESTO ELEITORAL

“Em defesa de uma profissão digna
e de uma carreira valorizada”

www.spra.pt

O próximo triénio 2017/2020 será, novamente, um período de tempo de desafios para o mundo sindical, em geral, e para os sindicatos de docentes, em particular. Num mundo marcado pelo neoliberalismo económico, que considera, entre outras coisas, que de todas as necessidades humanas resultam bens transacionáveis, e pelo individualismo, concretizado em ações de personalidades políticas descontextualizadas de princípios e ideais que consubstanciam essas mesmas ações, apenas norteadas pelos interesses do capital e das grandes corporações internacionais. Indivíduos eleitos por uma população cada vez mais escolarizada mas, também, mais desinformada pelos media detidos pelo capital. Neste caldo, surgem indivíduos como o atual Presidente dos E.U.A., o atual Presidente da Rússia, a Senhora Le Pen e tantos outros implantados em inúmeros países da União Europeia, com

tiques de populismo de extrema-direita nacionalista, protecionista, xenófoba e ditatorial.

Portugal parece, neste momento, encontrar-se em contraciclo político relativamente à maioria dos países da U.E.. O atual Governo do Partido Socialista, sustentado por uma maioria parlamentar dos partidos de esquerda, tem conseguido travar o processo de empobrecimento dos trabalhadores e do país, no entanto, o peso da dívida e dos juros continua a apresentar-se como o principal entrave ao crescimento económico do país, à melhoria das funções sociais do estado e ao investimento público.

Os Açores, embora o peso da dívida regional seja substancialmente inferior ao nacional, não escapam aos efeitos da crise nacional, por um lado, pelo efeito da crise nacional numa economia débil, muito dependente do setor primário, das transferências do Orçamento de Estado e dos apoios de Bruxelas, por

outro, porque as limitações nacionais e internacionais levaram a uma redução significativa do investimento público na Região.

Apesar das limitações económicas e de nos últimos três anos a Região ter, também, sofrido os efeitos devastadores da situação do País, a Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores, em processo negocial e com o apoio dos docentes, conseguiu a satisfação de importantes reivindicações.

No triénio 2014/2017, sob proposta do SPRA, foram integrados nos quadros mais de 300 docentes, num período de intervenção da TROIKA em que eram impostas medidas de contenção de integração de funcionários públicos nos quadros. Em 2015, finalizou-se o processo negocial do Estatuto da Carreira Docente, tendo-se conseguido um diploma que, embora não integre todas as nossas propostas, é significativamente melhor do que o anterior. No corrente ano, foi concluído

um processo negocial de alteração ao diploma de concursos do pessoal docente em que foram conseguidos a anualidade dos concursos interno e externo, o fim da modalidade de concurso por três anos, a inclusão das reduções da componente letiva

por antiguidade para apuramento das necessidades permanentes do Sistema Educativo Público Regional, entre outras propostas do SPRA que também foram acolhidas.

No âmbito da Formação Contínua, em 2016, foram realizadas ações

de formação em todas as ilhas e reativado o Centro de Formação “PROFE”. No presente ano, a atual Direção apresenta um plano de ações vasto e com uma diversificada oferta formativa e com financiamento exclusivo desta estrutura sindical.

Os desafios do próximo triénio

As reivindicações que se mantêm:

1. **No plano nacional, o SPRA, como membro da FENPROF, acompanha e participa na luta por um regime especial de aposentação para a classe docente. Esta justa reivindicação enquadra-se nos aspetos específicos da profissão e no desgaste físico e psíquico da prática continuada e prolongada do exercício profissional e na premência de renovação geracional da profissão;**
2. **No plano Regional, mantêm-se as reivindicações da uniformização:**
 - dos horários letivos para todos os níveis de educação e ensino, tendo por base as vinte e duas horas;
 - das reduções da componente letiva por antiguidade;
3. **Ainda no plano Regional, a necessidade de combate à precariedade, com a abertura de 400 vagas correspondentes às reais necessidades do Sistema Educativo Público Regional, em concurso ordinário, durante esta legislatura.**

Os docentes são dos grupos de trabalhadores da Função Pública mais penalizados na última década.

A sua carreira foi sucessivamente alterada e alongada, por via, sobretudo, de normas transitórias; extinguíram-se os regimes especiais de aposentação e houve um substancial agravamento e uma desregulação dos horários de trabalho.

Previsivelmente, o próximo triénio será marcado pela luta em torno da defesa da carreira docente, que corre perigo de ser desmantelada, e da valorização profissional e salarial.

Se recuarmos ao longo dos últimos dez a quinze anos, podemos verificar uma tendência dos partidos do arco do poder tentar unificar carreiras, alongá-las e, em desespero de causa, congelá-las! Os requisitos de malvadez foram tais que, desde 2011, foram introduzidas normas, nos sucessivos Orçamentos do Estado, que, por exemplo, proibem qualquer tipo de valorização remuneratória (com algumas exceções...), bem como a obrigatoriedade de ingresso no 1.º escalão da carreira, aquando da entrada no quadro, fazendo tábua rasa de muitos anos de serviço em contrato a termo certo. Inqualificável!

É evidente que a “superação da crise” se tem realizado à custa dos impostos sobre o trabalho e dos cortes e congelamentos de salários dos funcionários públicos.

Não se conhecendo as reais intenções do Governo da República e conhecendo o mimetismo que tem caracterizado o Governo Regional, é previsível que tentem destruir a carreira docente ou inventem “novos constrangimentos” às progressões.

A lista “A” tudo fará, quer no âmbito Nacional, com a FENPROF, quer no âmbito Regional, para mobilizar os docentes, sobretudo, em torno da defesa da sua carreira, mas também do descongelamento das progressões e da recuperação do tempo de serviço congelado e de uma efetiva valorização salarial, que tardam e muito!



A lista “A” tudo fará, quer no âmbito Nacional, com a FENPROF, quer no âmbito Regional, para mobilizar os docentes, sobretudo, em torno da defesa da sua carreira, mas também do descongelamento das progressões e da recuperação do tempo de serviço congelado e de uma efetiva valorização salarial, que tardam e muito!